

**Simposio Nacional sobre Democracia e Desigualdades
– 23 a 26 abril, UNB, 2012**

Gênero e Representação

**“Estado, feminismo e democracia: os Mecanismos Institucionais de
Mulheres na América Latina”**

Clarisse Goulart Paradis
Ciência Política - UFMG

A partir do reconhecimento de que o Estado não é neutro, mas que possui pressupostos e age de forma “engendrada”, as diversas correntes do feminismo passaram a pensar este ente e o impacto dele para a manutenção ou transformação das desigualdades e hierarquias de gênero. Como nos mostra Kantola (2006), as principais abordagens feministas acadêmicas e políticas sobre o Estado acabaram por girar em torno de uma dicotomia “dentro/fora”. É como se existissem apenas duas possibilidades diante do Estado – a primeira é se engajar no interior do mesmo, correndo os riscos de ser cooptada pelas suas instituições, uma vez que moldariam suas leituras e expectativas, e assim comprometer a agenda feminista original. A outra possibilidade seria manter-se fora do Estado, com o prejuízo de não acessar recursos e decisões, mantendo-se na margem das estruturas de poder e, portanto, não tendo capacidade de alterar essas estruturas. Este dilema marcou significativamente a construção das identidades feministas na América Latina e permeou profundamente a relação dos feminismos com o Estado e das correntes feministas entre si (Alvarez; 2000; Vargas, 2008).

O artigo visa recuperar os aportes teóricos feministas sobre o Estado, relacioná-los com o desenvolvimento dos feminismos na América Latina e compreender o papel dos “Mecanismos Institucionais de Mulheres”¹ da região na dissolução ou manutenção das desigualdades de gênero e na democratização do Estado, ao incluir as demandas do movimento feminista e de mulheres no seu interior.

¹ Órgão governamental formalmente estabelecido, encarregado de lidar com o status e os direitos da mulher e de promover a igualdade e a justiça de gênero. Também chamados de Mecanismos para Avanço da Mulher (MAM), Mecanismos Nacionais de Igualdade (MNI) ou Ministério de Mulheres. Em inglês são chamados de Women’s Policy Agency, mchineries ou offices, Women’s rights agency.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira visa fazer uma breve análise das diferenças entre as principais correntes do feminismo sobre o Estado, com vistas a demonstrar a diversidade de leituras e desenvolvimento teóricos. A segunda seção busca sistematizar a relação entre os feminismos latino-americanos e o Estado, de modo a compreender como se molda a inclusão das demandas dos movimentos de mulheres e organizações feministas no interior do Estado e por fim, a partir do conceito de “feminismo estatal”, o artigo busca analisar o papel dos Mecanismos Institucionais de Mulheres na América Latina.

1. AS ABORDAGENS DE GÊNERO E ESTADO

Não há uma única leitura feminista do Estado, portanto é necessário rever brevemente os argumentos das principais correntes do feminismo nesta área. As principais abordagens que se engajaram numa conceituação do Estado são o feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista, teoria do sistema dual ou feminismo socialista e as correntes pós-estruturalistas. Kantola (2006) argumenta que nenhuma dessas abordagens é suficiente em si mesma para lidar com a complexidade da relação entre Estado e gênero, mas necessitam ser combinadas com elementos de outras abordagens (Kantola, 2006, p. 4).

O feminismo liberal entende o Estado a partir do seu conjunto de instituições. Nesse contexto, o Estado é uma arena em que se articulam os diferentes grupo de interesse e a principal preocupação das feministas liberais é com a ausência das mulheres nos espaços de poder e arenas de decisão (Walby, 1990). Para essas, mais mulheres nos postos de decisão, traria mais vantagens para as mesmas (Kantola, 2006). A solução para as desigualdades de gênero estaria na adoção de legislação e de políticas públicas que corrijam as desigualdades entre homens e mulheres.

Dentre as críticas a esta corrente está a concepção estreita do Estado. Este é visto com um ente neutro e apenas em termos de suas instituições. A abordagem não leva em conta que há estruturas de desigualdades que atravessam a vida das mulheres e estruturas de dominação masculina (Kantola, 2006). A idéia de que mais mulheres no poder garantiria necessariamente avanço para as mulheres é controverso. Como afirma Walby (1990), alguns estudos demonstraram que pressões estruturais são mais determinantes que a experiência pessoal no processo de decisão do Estado.

O feminismo radical, por sua vez, influenciou de maneira substancial a leitura de Estado, principalmente na forma como este reproduz as desigualdades de gênero. Nesse contexto, a obra de Kate Millet (1977), “Sexual Politics”, foi um marco para essa abordagem. A autora atualiza o conceito de patriarcado, o que marca toda uma literatura feminista sobre este conceito.

As feministas radicais ampliam o entendimento sobre o que seja a política. Como afirma Walby (1990), para além do mundo dos partidos e tomadas de decisão, para elas, a política é formada por relações e arranjos de poder, em que um grupo de pessoas é controlado por outro (Millet, 1977). A partir deste conceito é possível entender a noção que passou a ser central para o movimento feminista – “o pessoal é político”, isto é, os domínios da vida familiar, da sexualidade, da reprodução, da maternidade, entre outros, também são organizados por relações de poder e, portanto, tem impacto na construção das desigualdades entre homens e mulheres.

O Estado é visto por essa corrente não como contingencialmente patriarcal, mas essencialmente. Além disso, essa corrente afirma que todos os Estados são invariavelmente patriarcal, o que significa que o patriarcado é uma característica global do Estado. Uma vez que o Estado apenas reflete o poder masculino, ele não é uma arena possível de liberação das mulheres (Kantola, 2006). A transformação das relações de gênero está concentrada na sociedade civil, a partir da tomada de consciência e organização coletiva das mulheres.

Várias foram as críticas dirigidas a esta abordagem. Muitas delas se concentraram no universalismo e essencialismo da aplicação do conceito de patriarcado. A premissa de que todo Estado é patriarcal impossibilita discutir as diferenças e variações entre os Estados, bem como as possibilidades de transformação. Além disso, essa visão estabelece uma única fonte de dominação das mulheres, bem como uma única fonte para o poder do Estado (Kantola, 2006). Como afirma Walby, o Estado é visto como um ente monolítico, o que obscurece as contradições e pressões correntes no seu interior. Outra crítica comum é que esse discurso universal está, na verdade, impregnado de uma visão homogênea e ocidental das mulheres.

Para as feministas marxistas, o Estado capitalista se reproduz a partir da subordinação das mulheres, através da reprodução da força de trabalho no interior da família. Assim, as desigualdades de gênero são produto da lógica capitalista e o Estado é o meio o qual os interesses do capital se concretizam. A ideologia da família, incentivada pelo Estado, reproduz a opressão das mulheres, principalmente pelo

trabalho não remunerado exercido pelas mesmas (Kantola, 2006). A transformação das desigualdades de gênero, para essa corrente, se dá a partir do combate ao capitalismo, pela luta das mulheres trabalhadoras e dos trabalhadores.

As feministas socialistas trataram de produzir um modelo mais sofisticado para conceituar o Estado. Essas admitem que o Estado é tanto capitalista como patriarcal, por isso este modelo é chamado de teoria do sistema dual. Dentre essas feministas, o debate acabou girando em torno do grau de autonomia que estas duas estruturas teriam entre si.

Zillah Eisenstein (1979) marca este debate com o livro “The capitalist patriarchy and the case for socialist feminism”. Nele, a autora elabora o conceito de patriarcado capitalista como “a relação mútua e dialética entre a estrutura capitalista de classe e a estrutura hierárquica sexual”²(Eisenstein, 1979, p.5). Para a autora, ambas as estruturas não são sistemas independentes nem idênticos, mas interdependentes. Nesse sentido, o conceito pretende quebrar a dicotomia “classe e sexo; esfera pública e privada; trabalho doméstico e assalariado; família e economia; pessoal e político; condições materiais e ideológicas” (Eisenstein, 1979, p.23).

Enquanto as feministas marxistas acreditam que a opressão das mulheres nasce com o sistema capitalista, as feministas socialistas, em acordo com as radicais, entendem o patriarcado como anterior ao capitalismo. Desse modo, a opressão das mulheres tem raízes na posição de classe e na hierarquia patriarcal; esta opressão é tanto material quanto ideológica.

Tantos as marxistas quanto as socialistas receberam críticas – por reproduzir os problemas marxistas de determinismo, economicismo e funcionalismo e assim negligenciar o nível político e as relações de gênero; por deixar pouco espaço para a mudança social e negligenciar o papel da luta do movimento de mulheres, entre outros (Walby, 1990).

Por fim, as feministas pós-estruturalistas entendem o Estado como um processo político que ocorre no interior das suas instituições e agências e através dos seus discursos. Não é inerentemente patriarcal, mas historicamente construído como tal, através de processos políticos com resultados diversos e abertos. Como afirma Kantola (2006), o Estado patriarcal pode ser visto como “o centro de reverberação de uma série de relações de poder e processos políticos pelos quais o patriarcado é tanto construído como contestado” (Kantola, 2006, p. 12). Nesse sentido, mais do que questionar a

² Todas as citações advindas de textos em inglês e espanhol foram traduzidas pela autora.

natureza do Estado, as pós-estruturalistas visam questionar as respostas dadas pelo mesmo.

Além disso, essas teóricas rompem com a dicotomia “dentro/fora” ao admitir que o Estado pode ter resultados tanto negativos quanto positivos para as feministas. A análise da relação entre Estado e gênero, segundo as autoras, deve levar em conta a complexidade, multidimensionalidade e os diferentes contextos em que os Estados atuam (Kantola, 2006).

Dentre as principais críticas a estas teóricas, estão a ênfase exagerada nos discursos, em detrimento das instituições e políticas; a falta de especificidade, isto é, ao tratar o Estado como um terreno de disputa, pouca explicação é feita sobre como o Estado poderia se diferenciar de outras arenas com essa mesma característica (Cooper, 1994; *apud* Kantola, 2006). Além disso, as pós-estruturalistas são criticadas por dissolver as noções de 'mulheres' e 'homens' de modo a tornarem construções sociais variáveis, que carecem de coerência e estabilidade ao longo do tempo (Kantola, 2006).

Este pequeno resumo buscou evidenciar o engajamento das diferentes correntes do feminismo na análise do Estado. Apesar de bastante breve e resumida, esta seção nos mostra a variabilidade de questões e abordagens desenvolvidas sobre o Estado, algumas concorrentes, outras funcionando como sínteses. Ambas parecem elucidar pontos importantes da discussão e obscurecer outros.

2. OS FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E AS PERSPECTIVAS PERANTE O ESTADO

A dicotomia “dentro/fora” explicitada por Kantola (2006) tem permeado historicamente as reflexões feministas sobre o Estado na América Latina. Como afirma Alvarez (2000), essas reflexões remetem ao “que fazer com o Estado” – como conceituá-lo e como formular estratégias que leve em conta suas estruturas. O objetivo desta seção é recuperar, brevemente, os contornos, as dinâmicas e os debates dos feminismos na região, a partir da segunda onda, de modo a traçar a trajetória das leituras feministas do Estado na região e o modo como essa trajetória impacta significativamente o modo como as suas demandas vão ser incorporadas e respondidas no interior das instituições políticas.

O desenvolvimento do feminismo na América Latina a partir dos anos 70 contém diferenças significativas e trajetórias diversas entre os países da região. Como

nos mostra Vargas (2008), podemos perceber que os feminismos latino-americanos são heterogêneos segundo, dentre outros, os espaços de atuação, as identidades e temas específicos e segundo diferentes estratégias perante o Estado (2008, p. 142). Não obstante, a construção das identidades feministas em cada país se deu a partir de um intenso e rico diálogo transnacional, a partir dos Encontros Regionais, das edições do Fórum Social Mundial, das arenas das organizações internacionais e regionais, entre outros. Nesse sentido, é possível dizer que há uma trajetória compartilhada entre os feminismos, uma unidade na diversidade, que é reconhecida pelos/as os/as atores/trizes sociais e políticos (Vargas, 2008; Alvarez, 2000).

Nesse sentido, é possível reconstruir uma narrativa da trajetória feminista da região, a partir da ampla reflexão e das diversas atuações no Estado. Como demonstrarei, essa reflexão e atuação moldam significativamente a identidade feminista da região, gerando oportunidades de ação, desencontros e dilemas profundos.

Durante os anos 70 e 80, a segunda onda do feminismo³ emergiu a partir da resistência e luta das mulheres contra o autoritarismo, a violência e falta de cidadania no interior dos regimes militares. Grande parte das componentes do movimento advinha das organizações da oposição de esquerda e da luta contra o capitalismo e pela democracia, mas a partir de um exercício crítico significativo, rejeitavam as práticas hierárquicas e androcêntricas da esquerda, bem como a invisibilização e desconsideração da necessidade das transformações de gênero para a luta política geral. Como afirma Vargas (2008), a tônica deste período é subversiva e busca articular a luta das mulheres com a luta de transformação geral da sociedade e da política.

Em um contexto em que o Estado representava a violência dos corpos das mulheres, o silêncio das demandas de participação e a impermeabilidade das questões de igualdade, os feminismos desse período se constroem em aversão ao Estado. Como afirma Alvarez (2000), a autonomia significava na época a independência e oposição absoluta tanto ao Estado, quanto à esquerda. Para um movimento que emergia e que buscava delimitar seus contornos, a defesa de espaços próprios de organização e da auto-determinação das pautas e prioridades tornou-se central.

Essas concepções foram amplamente debatidas e construídas durante os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe na década de 80. Como afirmam

³ Para uma distinção entre as ondas do feminismo latino-americano e as ondas do feminismo dos países centrais ver MATOS, 2010.

Alvarez *et all* (2003), nos Encontros dessa época, a autonomia passou a ser entendida como “independência de qualquer organização que considere a batalha pela liberação das mulheres um objetivo secundário” (Barrig *apud* Alvarez *et all*, 2003, p. 546), reafirmando a independência em relação às organizações gerais de esquerda, aos partidos políticos, às agências de cooperação e ao Estado.

Para Vargas, as mulheres organizadas nesse período:

“[...] questionaram os limites discursivos estabelecidos e politizaram problemas até então despolitizados, criaram novos públicos para seus discursos, novos espaços e instituições nas quais estas interpretações opositoras puderam desenvolver-se e de onde puderam chegar a públicos mais amplos” (Vargas, 2008, p. 137).

A partir de meados dos anos 80 e nos anos 90, muitos países latino-americanos passaram a transitar para governos democráticos. Outros países, principalmente na América Central, sofreram longos períodos de conflitos internos e violentas lutas políticas. O clima da região nesse período foi marcado por forte pressão dos grupos sociais, incluindo o movimento de mulheres e feminista⁴, por reformas constitucionais, participação política e transformações institucionais. No contexto internacional, as conferências mundiais da ONU, voltadas para temas sociais, passaram a influenciar as agendas governamentais dos países da região.

Segundo Céli Pinto (2003) este período é marcado por uma terceira onda do feminismo, caracterizada por um “feminismo difuso”, com foco nos processos de institucionalização, na discussão das diferenças entre as mulheres e das novas formas de organizar-se coletivamente (PINTO, 2003, *apud* MATOS, 2010, p. 68). Como afirmam Alvarez (2000) e Vargas (2008), o feminismo na região pluraliza-se a partir da expansão dos espaços de articulação da política feminista; a partir do aumento da visibilidade e força de outras identidades do feminismo – feminismo negro, lésbico, popular, organização das mulheres sindicalistas, das trabalhadoras rurais, etc; a partir do envolvimento de parte das feministas que se deslocam das organizações feministas

⁴ Considero a diferença entre movimento de mulheres e movimento feminista elaborada por Mazur (2002) - enquanto o movimento de mulheres envolve as mulheres e suas questões, o movimento feminista desafia especificamente o patriarcado e a subordinação das mesmas. A diferença, em última instância está nas idéias, aspirações e identidades apresentadas por esses atores coletivos. Alvarez *et all* (2003) demonstram que essa diferença foi alvo de grande polêmica na América Latina. Na região o movimento feminista era composto por mulheres de classe média, boa parte branca, que defendiam organização autônoma dos movimentos mistos. O movimento de mulheres, por sua vez, tinha um caráter popular, organizando mulheres pobres, trabalhadoras, negras e indígenas e muitas militavam também nos movimentos mistos (Alvarez *et all*, 2003, p.547-549).

autônomas para influir e participar na política eleitoral e a partir das novas oportunidades de interação em uma gama de instituições.

Segundo Alvarez esse “descentramento saudável” do feminismo na região deu margem a um “campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo, que abarca uma vasta variedade de arenas culturais, sociais e políticas” (Alvarez, 2000, p. 386). Esse descentramento gerou também uma expansão da agenda feminista – passa-se a circular das questões específicas para as leituras de gênero das questões gerais.

A relação do feminismo com o Estado, portanto, se transforma. A defesa da autonomia absoluta perde fôlego e dá lugar a uma idéia de “autonomia engajada” - compatibiliza-se o diálogo e negociação com os movimentos e partidos de esquerda e também com as instituições dominantes, “sem perder a identidade feminista” (Alvarez *et all*, 2003, p. 547). Nesse sentido, os feminismos latino-americanos vão ocupar e criar canais de interlocução com o Estado e disputar as interpretações do mesmo em relação as questões de gênero (Vargas, 2008). Para fazer frente a esses novos canais, as formas de organização das feministas também transformam-se. Os movimentos e coletivos autônomos de mulheres passam a conviver com a crescente institucionalização das organizações feministas, profissionalização das mesmas e de alguns temas, “onguização” e articulações e comissões criados para intervir nas organizações internacionais e regionais, impulsionadas pelo processo de Beijing⁵ (Vargas, 2008)

Essa nova realidade coincide com o período em que toda América Latina, influenciada pelas instituições financeiras internacionais e apoiada pelas elites locais, passam a implementar políticas neoliberais, que diminuem as formas de engajamento do Estado e buscam reforçar o mercado como uma arena mediadora das relações sociais. A implementação dessas políticas mostrou-se incapaz de criar bases sociais de modo a reproduzir a estabilidade econômica, acentuou forte processo de concentração de renda, substituiu o desenvolvimento nacional pela estabilidade financeira, o controle da inflação gerou enorme dívida pública e altas taxas de juros. O desemprego cresceu significativamente, acompanhado da flexibilização das normas trabalhistas e precarização dos postos de trabalho (SADER, 2008). Como apontam Draiber e Riesco (2009), a adoção do Consenso de Washington pelos países latino-americanos também significou um severo desmantelamento das instituições estatais, principalmente

⁵ Refiro-me ao processo de preparação da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995.

daquelas relativas às políticas sociais. Novos serviços sociais passaram a ser oferecidos de maneira privada, atendendo apenas aqueles que podiam pagar enquanto os setores médios passaram a estar desprotegidos e trabalhando em empregos cada vez mais precários (DRAIBE; RIESCO, 2009, p.5-6).

Nesse contexto, as ONGs feministas, cada vez mais profissionalizadas e especializadas, apesar de avançar na introdução dos temas relativos ao gênero nas agendas nacional e internacional, tiveram uma atenção pouco organizada no sentido de criticar, pressionar e transformar essa forma de Estado. Segundo Schild (2000), o neoliberalismo torna a distinção entre Estado e sociedade civil cada vez mais branda. No contexto em questão, as ONGs passam a ter um papel de fornecer políticas públicas, enquanto o Estado esvazia-se dessa função. Como afirma Alvarez (2000):

“Embora muitos avanços na política de gênero possam ser atribuídos à eficiência de organização e ao pragmatismo político dessas novas protagonistas do movimento, as críticas observam que ao assumir atividades encomendadas pelo Estado e por agências internacionais, as ONGs feministas atuam às vezes como organizações “neo” em vez de não-governamentais. Em outras palavras, algumas ONGs parecem prover serviços públicos que antes eram (e deveriam continuar a ser) de responsabilidade dos governos (Alvarez, 2000, p.402-403)

Tatau Godinho (2000) chama atenção para a confusão no entendimento da relação entre Estado e sociedade por parte de setor do movimento de mulheres. Segundo ela, o fato de poucos movimentos se organizarem de maneira autônoma nesse período, reforça uma “visão de que democratizar o Estado pode ser um processo acríptico das instituições” (Godinho, 2000, p. 35). Em outras palavras, os movimentos que “entraram” no Estado acabam se responsabilizando pela manutenção das políticas para as mulheres, perdendo a capacidade de agir contra o neoliberalismo e contra os governos que o instituíram.

Para Vargas (2008) não é possível negar o avanço que esse processo de institucionalização proporcionou ao fortalecer a influência dos feminismos nos espaços público-políticos e ao gerar uma melhor capacidade de proposição. Por outro lado, esse processo significou para algumas atrizes a perda de posição diante dos “assuntos macro” e a perda do “sabor das manifestações de rua e/ou criativas, inovadoras e audazes” (Vargas, 2000, p.140).

As divergências quanto à relação do movimento feminista e de mulheres perante o Estado marcou significativamente os debates entre os diversos feminismos e acabou

sendo polarizadas em torno de duas posições conhecidas como “institucionalizadas” e “autônomas”⁶. Os Encontros Feministas nos anos 90 e o processo de preparação para a Conferência de Beijing foram profundamente marcados por essas polarizações⁷.

A institucionalização de grande parte das organizações feministas provocaram uma forte reação de parte do movimento, que via nas transformações das ONGs feministas um desequilíbrio de poder no interior do feminismo, com relação ao maior volume de recursos e profissionalização, em detrimento das organizações menores, que desenvolviam ações de base e tinham menos formalidade e recursos (Alvarez et all, 2000). Esta polarização surge quando “a preferência por líderes e por discursos mais amenos à política tradicional foi vista como uma ameaça à solidariedade feminista” (Alvarez *et all*, 2003, p. 551). A partir daí, as disputas se acirram e o ideal de autonomia em relação às arenas institucionais e em relação à capacidade de definir suas próprias pautas e estratégias de ação passa novamente a ser expresso.

Enquanto as institucionalizadas eram entendidas como as feministas pertencentes às organizações que tinham canais formais de atuação junto aos governos e agências de cooperação internacional, as que se diziam autônomas eram parte de coletivos e instituições feministas críticos e opositores às expressões institucionais do patriarcado. Diziam não receber recursos financeiros do norte, nem negociar com as organizações internacionais, governos e partidos (Vargas, 2008).

A despeito da falta de unidade dos feminismos latino-americanos em relação às estratégias de atuação *vis-à-vis* o âmbito público-político, as idéias e demandas feministas vão ser incorporadas, de maneira rápida como afirma Alvarez (2000), pelos Estados e sociedades da região. Segundo a autora, as novas constituições democráticas incorporam a idéia da igualdade de gênero, proliferaram instituições como as delegacias especializadas da mulher, a lei de cotas para representação política das mulheres passou a ser adotada amplamente, a agenda de desenvolvimento da ONU passou a considerar central a “questão da mulher” e, por fim, os mecanismos institucionais de mulheres são criados em todos os países da América Latina. Alvarez também chama atenção para o fato de que a adoção das reivindicações das mulheres nos discursos oficiais da ONU e

⁶ O sétimo Encontro Latino Americano que ocorreu em 1996 no Chile foi o ponto alto da polarização. No entanto, um grupo de mulheres apresentou uma terceira posição “*ni las unas, ni las otras*”, buscando fugir das representações maniqueístas (Alvarez et all, 2003, p. 557).

⁷ Para uma análise detalhada dos Encontros e do processo de Beijing, a partir da polarização “institucionalizadas” e “autônomas ver Alvarez *et all*, 2003.

dos governos não, necessariamente, significou uma implementação efetiva. Muitas vezes essa inclusão foi “parcial e seletiva” (Alvarez, 2000, p. 398).

A partir do novo milênio a polarização em torno da institucionalização dos feminismos se arrefece. Se por um lado o grupo das “autônomas” passou por um processo de fragmentação e conflito interno, por outro, parte das “institucionalizadas” passam a fazer uma autocrítica da sua atuação (Alvarez *et all*, 2003). Além disso, outros movimentos feministas emergem em torno de uma forte crítica ao neoliberalismo, como a Marcha Mundial das Mulheres⁸, revigorando as pautas políticas do feminismo na região e abrindo um processo de aliança com outros movimentos mistos, a partir do resgate da ação feminista de rua, criativa e subversiva, no contexto de emergência dos movimentos anti-globalização e da construção do Fórum Social Mundial (FSM). Como afirmam Nobre e Trout (2008), o FSM transformou o ambiente do debate e ação política e trouxe uma oportunidade de articulação de ambos os “lados” dos feminismos:

“Nos tempos de hegemonia neoliberal, o pragmatismo de resultados debilitou o debate político e atrofiou a análise crítica. Qualquer ideia de transformação social deveria estar agradavelmente envolta no discurso dos direitos humanos. Enquanto alguns setores dos movimentos acabaram por incorporar esse discurso e operar nos limites das instituições (normas, políticas públicas, acordos internacionais), outros se radicalizaram nas ações, por exemplo, contra o livre comércio e as corporações transnacionais. O Fórum Social Mundial promoveu a reaproximação de ambas tendências e se converteu em um território justo. Esse novo espaço evitou o isolamento de uns e ampliou a agenda política de outros” (Nobre; Trout, 2008, p.146)

Além disso, os resultados sociais desastrosos da adoção das políticas neoliberais, em conjunto com a pressão dos movimentos sociais e partidos progressistas, que se gabaritam como fortes opções eleitorais levaram a um reforço da busca por novas alternativas para a região, que combinassem crescimento econômico, aprofundamento da democracia e justiça social. É evidente que esse processo não é homogêneo, mas

⁸ “A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente” (Marcha Mundial das Mulheres, 2012).

indica um novo momento para a região⁹. Este contexto distinto da década de 90 abre novas possibilidades para a ação feminista e novas formas de se relacionar com as instituições governamentais. Quando a tônica desloca-se do mercado para o Estado, da mercantilização para a consolidação de direitos, a relação Estado e sociedade civil também se altera e demanda uma nova abordagem feminista do Estado.

Neste bojo, inserem-se os mecanismos institucionais de mulheres (MIM). Apesar das debilidades políticas, institucionais e orçamentárias, esses órgãos nascem da demanda dos movimentos feministas e de mulheres e se constroem a partir de substancial interlocução com os mesmos, criando nova legitimidade para a busca pela igualdade de gênero. A consolidação dos MIMs também alteram a visão dos feminismos perante o Estado, mesmo de maneira heterogênea. Se o Estado ainda é visto como um ente patriarcal, os MIMs representam uma porta de entrada para as disputas orquestradas pelas feministas no seu interior, com vistas a “despatriarcalizá-lo”. A seguir será construído um panorama destes mecanismos na América Latina, a partir do conceito de “*State Feminism*”

3. O FEMINISMO ESTATAL E OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA

O conceito de “*State Feminism*” tem sua origem nos estudos feministas sobre o Estado de Bem-Estar Social na década de 80, porém, ainda hoje, seu significado é variado e não livre de controvérsias. Parte do debate em torno dele advém das múltiplas formas de se conceber o Estado – como vimos anteriormente. Além disso, algumas feministas acreditam que o conceito é um grande paradoxo (Lovenduski, 2005, p. 5).

Apesar disso, este termo tem sido comumente usado, principalmente em estudos focados nos países centrais. Sua introdução marca a “emergência de um novo conjunto de relações Estado-sociedade” e a introdução de uma “visão engendradora da ação estatal para a análise empírica e comparativa” (Mcbride; Mazur, 2008, p. 244).

O Feminismo Estatal passou por três fases de desenvolvimento, cada uma refletindo um conjunto de perspectivas e formas de leitura. A primeira fase compreende os estudos nórdicos do anos 80, a segunda fase compreende estudos “femocratas” na

⁹ Típicos desse novo momento são os governos do Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador, Peru, entre outros. Apesar de processos muitos distintos estarem se desenvolvendo em cada um desses países, todos seus governantes foram eleitos a partir de um programa explicitamente anti-neoliberal.

Austrália, durante os anos 90 e por fim a última fase caracteriza-se por estudos comparativos a partir de 1995 até os dias de hoje.

O conceito “State feminism” começa a ser elaborado a partir das contribuições feministas dos países nórdicos, analisando as políticas de bem-estar daquela região. Segundo Macbride e Mazur (2008), nesses países a presença do movimento feminista autônomo, que se caracteriza por cultivar uma “aversão” ao Estado patriarcal, era menor e as feministas estavam muito mais dispostas a se engajar nas estruturas estatais (p. 246). Para elas, o Estado poderia ser visto como espaço importante de produção de justiça social, através das políticas redistributivas.

O conceito foi cunhado pela primeira vez pela teórica Helga Hernes (1987), juntamente com a sua reflexão de Estados “*women-friendly*”. Este pode ser entendido como o feminismo “advindo de cima”, na forma de políticas sociais e de igualdade de gênero e o feminismo “advindo de baixo” através da mobilização das mulheres em atividades políticas e culturais (Hernes, 1987, p. 15).

Como afirmam Borchorst e Siim (2008), este conceito da autora contrasta-se com a ideia generalizada de que o “feminismo estatal” seria apenas o aparato institucional de mulheres, responsável pela implementação de políticas de igualdade de gênero (Borchorst; Siim, 2008, p. 210). Seu conceito vai além, ao levar em conta a construção da cidadania das mulheres, o envolvimento das mulheres nas elites políticas através dos partidos e as mobilizações advindas das mulheres organizadas em movimentos e associações.

Além disso, segundo Hernes (1987), o feminismo estatal também seria um elemento desencadeador de políticas “*women-friendly*”, de modo a possibilitar que “as mulheres tenham uma relação natural com suas crianças, seu trabalho e sua vida pública” (Hernes, 1987, p.15).

Apesar de Hernes criar um conceito abrangente de feminismo estatal, muitos dos seus aspectos mantiveram-se imprecisos como a própria definição de feminismo ou o que significaria especificamente falar de um “feminismo de baixo” e sua relação com os mecanismos institucionais de mulheres.

As feministas australianas, por sua vez, elaboraram a noção de feminismo estatal como “as atividades de mulheres individuais no Estado” (Mcbride; Mazur, 2008, p. 248). Para tal, elas desenvolveram o termo femocrata como estas mulheres. Segundo Mcbride e Mazur, as feministas australianas partiram da noção de que feministas e arenas específicas do Estado são capazes de promover uma agenda feminista, de modo a

questionar o patriarcado estatal e talvez até eliminá-lo. Seus desenvolvimentos, portanto, estavam significativamente relacionados à análise da burocracia estatal no interior da hierarquia governamental. Essas femocratas seriam importantes na adoção e sustentação de uma agenda feminista no governo.

Dentre as fraquezas do conceito está a dificuldade de se determinar quem é femocrata e quem não é e a ausência de uma discussão mais elaborada do papel dos movimentos de mulheres.

Por fim, a fase atual de desenvolvimento do conceito de “*State feminism*” é composta por esforços teóricos no sentido de desenvolver uma perspectiva comparada e de uma maior atenção aos mecanismos institucionais de mulheres como objeto principal das análises (Mcbride; Mazur, 2008). Nesta perspectiva, o feminismo estatal pode ser entendido simplesmente como o “*advocacy* das demandas dos movimentos de mulheres no interior do Estado (Lovenduski, 2005, p. 4) ou pode referir-se “às ações dos mecanismos institucionais de mulheres para incluir as demandas e atrizes do movimento de mulheres no interior do Estado, de modo a produzir resultados feministas nos processos políticos e impacto social ou ambos” (Mcbride; Mazur, 2008, p. 255)

“*State Feminism*” possui cinco dimensões: (1) presença de um MIM; (2) presença do discurso e atrizes do movimento de mulheres; (3) os MIMs incluem demandas do movimento de mulheres no Estado; (4) os MIMs incluem atrizes do movimento de mulheres no Estado; (5) a relação entre o MIM e o movimento de mulheres produz resultados feministas, em termos de processos políticos feministas e impactos sociais feministas. Nesse contexto, o conceito de feminismo estatal é mais contínuo do que dicotômico e, portanto, pode ser pensado como um tipo ideal, sendo que quanto mais dimensões uma situação analisada apresentar mais a presença do feminismo estatal.

Durante a década de 90, os estudos desta literatura estavam preocupados, em grande parte, em determinar o modo como os MIMs incluem as demandas dos movimentos de mulheres, em que condições a aliança entre esses atores acontecem, o grau de sucesso dela e a efetividade desses órgãos em introduzir idéias feministas nos temas dos *polycymarkers* (Mcbride; Mazur, 2010).

Mais recentemente, outras reflexões têm sido organizadas. Segundo Kantola e Outshoorn (2007), houve mudanças significativas no Estado e no papel dos mecanismos institucionais de mulheres na última década, a partir dos efeitos da globalização, da regionalização, da reestruturação dos sistemas de bem-estar, das privatizações, do

aumento da governança de multi-nível, além da introdução da transversalidade de gênero e da noção de diversidade na gestão pública (Kantola, Outshoorn, 2007, p.1). Nesse contexto, as autoras questionam se os MIMs foram capazes de desenvolver, manter ou reforçar seus papéis no contexto dessas transformações políticas.

O conceito, no entanto, gerou importante debate e algumas críticas substanciais. A primeira já foi mencionada anteriormente, e tem haver com o ceticismo que algumas feministas cultivam em relação ao engajamento no Estado patriarcal. Nesse sentido, estas questionam se os mecanismos institucionais de mulheres são realmente feministas e quais os reais motivos para que os governos criem esses mecanismos. Para essas feministas, o comprometimento dos governos é mais retórico que real; basta verificar o baixo orçamento dos mesmos (Kantola, Outshoorn, 2007). Além disso, algumas autoras alertam para a possibilidade de cooptação das demandas das mulheres, de perseguição de objetivos não-feministas ou enfraquecimento do movimento de mulheres por parte dos órgãos de política para as mulheres.

A potencialidade do conceito reside, conforme afirma McBride e Mazur (2008), na sua capacidade de relacionar as atrizes e idéias dos movimentos de mulheres com as estruturas governamentais e o desenvolvimento de políticas, em vistas à construção de uma agenda feminista. Segundo as autoras:

“Os MIMs que promovem objetivos feministas são instituições que remarcam os padrões patriarcais e de preconceito de gênero dentro do Estado; mais que um instrumento para promoção do Estado masculino, eles são um meio para acabar com este tipo de Estado. Assim, estudar o feminismo estatal, tem grande potencial para contribuir com teorias que já tem um componente de gênero, como para as que negligenciaram a adoção do gênero” (Mazur; McBride, 2008, p. 252).

Apesar das discussões sobre os mecanismos ter se iniciado nos marcos da ONU, durante os anos 70¹⁰, na América Latina eles passaram a ser desenvolvidos nas década de 80 e 90. A partir de uma avaliação negativa da debilidade dos MIMs no mundo, a Plataforma de Ação da Conferência de Beijing (1995) estabelece o compromisso de "criar, sobre a base de um sólido compromisso político, um mecanismo nacional, quando não exista e fortalecer os mecanismos nacionais existentes para o avanço da mulher nas instancias mais altas do governo possíveis; o mecanismo deve ter

¹⁰ A partir da Declaração do México sobre a Igualdade de Ação das Mulheres e o Plano de Ação Mundial (1975), além da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979) (Guzmán, 2001)

mandatos e atribuições claramente definidos; disponibilidade de recursos suficientes e capacidade e competência para influir nas questões de políticas e formular e examinar a legislação; entre outras coisas, deve realizar uma análise das políticas e levar a cabo funções de fomento, comunicação, coordenação e vigilância da aplicação” (CEPAL, 2010).

Apesar das diferenças significativas entre os mecanismos na região, no início do novo milênio, conforme afirma Guzmán (2001), quatro conclusões foram tiradas a partir de estudos e reuniões de especialistas, quanto à inoperância dos MIMs latino-americano:

“1. A contradição existente entre a magnitude das funções dos mecanismos e as atribuições e recursos que lhe são designadas. Os mecanismos não tem suficiente autoridade devido a sua posição hierárquica, contam com escasso recursos profissionais e técnicos e seus orçamentos são limitados. 2. A ampla brecha existente entre as concepções e compreensões sobre o tema dos funcionários dos mecanismos e das autoridades e funcionários do resto dos setores do Estado. 3. A distância e as contradições entre os discursos das autoridades e funcionários e suas práticas institucionais. 4. O caráter instável do processo. Nem a posição hierárquica, nem os feitos alcançados são estáveis no tempo (Guzmán, 2001, p. 7).

Posteriormente, Guzmán (2006) e Montaña (2006), chegam a conclusões parecidas, apesar de reconhecer avanços em algumas questões. Segundo Montaña, os MIMs enfrentam uma série de desafios advindos do baixo desenvolvimento dos países e desigualdades sociais que persistem na região, da sua instabilidade institucional e da escassa sensibilidade do poder público diante da discriminação sofrida pelas mulheres. Além disso, essas instituições sofreram várias modificações ao longo de sua vida institucional e grande parte sofreu ameaças à sua continuidade e condição de hierarquia, muitas vezes sustentados por políticas de governo e não de Estado.

Guzmán (2006) também chama atenção para a trajetória vulnerável dos mecanismos. Estes estão, muitas vezes, mais expostos à instabilidade, principalmente em momentos de mudanças de governo. “Isso demonstra a ainda débil apropriação por parte do Estado, da equidade como objeto de política e do gênero como fator fundamental a considerar na análise do que sucede nos âmbitos de atuação do governo e dos outros poderes do Estado” (Guzmán, 2006, p.4-5). Alvarez (2004) afirma também que seus recursos humanos e orçamentários são deficitários, tem relativamente pouca influência no governo e a interlocução com a sociedade civil e com o movimento de mulheres é insuficiente.

Dentre os avanços sentidos na década posterior à Conferência de Beijing na América Latina, Montaña destaca o ganho de posição dos mecanismos na hierarquia governamental, maior capacidade de obtenção de avanços no plano legislativo e político, reformas constitucionais que passam a formalmente incluir a igualdade entre homens e mulheres, instituição de leis de igualdade, unidades interinstitucionais e acordos intersetoriais que visam transformar as desigualdades de gênero.

María Dolores Fernós (2010), em estudo recente, aponta para evoluções e tendências dos MIMs na região, na última década. Algumas delas são: (1) a mudança significativa no teor da agenda dessas instituições. Se na origem, estas possuíam um olhar conservador das mulheres, atrelando-as à família e à maternidade, hoje esses mecanismos baseiam-se nos direitos humanos e questionam a discriminação e os estereótipos de gênero, bem como criticam as políticas, a partir de uma perspectiva de gênero. (2) Segundo a autora, é possível perceber que, em muitos países, houve uma mudança nos mandatos dos MIMs. Ao menos em onze países houve um alargamento dos seus mandatos – de um papel mais tradicional de implementar políticas públicas, para uma função mais normativa, promovendo e propondo políticas diretamente voltadas para a igualdade de gênero. (3) Há um aumento significativo da participação e representação de entidades não-governamentais nos processos antes considerados como atribuições exclusivas do governo. Essa tendência reforça a importância da interlocução com a sociedade civil, e especialmente com o movimento de mulheres e feminista na permanência e desenvolvimento dos mecanismos.

Por fim, Fernós, assim como Montaña, explicita a crescente localização dos mecanismos nos níveis altos de governo. A CEPAL produziu uma tipologia que classifica os MIM's segundo seu nível hierárquico. Este é medido a partir da categoria da/o titular, bem como a categoria do próprio mecanismo. Sendo assim, os MIM's latino americanos distinguem-se a partir de 3 níveis hierárquicos. O quadro abaixo explicita os três níveis:

	Nível	Definição
Maior Hierarquia +	1	Ministério ou entidade cujo titular tem status ministerial
	2	Entidade vinculada à Presidência ou Mecanismo cujo titular é diretamente responsável perante à Presidência (escritórios vinculados à Presidência, secretarias, institutos nacionais e outras instituições)

Menor Hierarquia -	3	Entidades dependentes de um Ministério (subsecretarias, institutos, conselhos e outras instituições)
-----------------------	---	--

Quadro 1: Nível hierárquico dos Mecanismos Institucionais de Mulheres
Fonte: CEPAL, 2010. Tradução nossa.

São considerados avançados os mecanismos com status de Ministério, ou quando o/a titular tem status de Ministra/o com plena participação no Gabinete. Em segundo lugar estão os mecanismos dependentes da Presidência ou cujos titulares não são centrais no Gabinete. Por fim, os mecanismos menos hierárquicos são aqueles que dependem de um Ministério ou de uma autoridade com menos status (CEPAL, 2010).

Essa tipologia, apesar de não levar em conta os recursos técnicos e orçamentários dos Mecanismos, nem seu peso sobre a agenda e sobre as políticas públicas de igualdade de gênero, nos fornece uma ideia da importância formal dessa temática em cada país. O quadro abaixo classifica os MIMs latino-americanos, segundo seu nível hierárquico:

País	Mecanismos Institucionais de Mulheres	Ano de criação	Nível Hierárquico
Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	2003	1
Chile	Servicio Nacional de la Mujer	1991	1
Paraguai	Secretaria de la Mujer	1992	1
Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	2009	1
Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	1998	1
Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	1998	1
Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer	2000	1
Rep. Dominicana	Secretaria de Estado de la Mujer	1999	1
Peru	Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social	1996, com reforma em 2002	2
Equador	Comission de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	2009	2
Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer	1999	2
México	Instituto Nacional de las Mujeres	2001	2
Porto Rico	Oficina de la Procuradora de las Mujeres	2001	2

Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	1992	3
Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	1987, com reforma em 2005	3
Panamá	Instituto de la Mujer	2009	3
Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer	2007	3
El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	1996 (com reformas em 1999 e 2002)	3

Quadro 2: Nível hierárquico dos Mecanismos Institucionais de Mulheres da América Latina

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de tipologia construída pela Cepal (CEPAL, 2010).

Os dados revelam que 42,2% dos mecanismos possuem nível hierárquico mais avançado (1); 26,3% tem nível 2 e 31,5% possui nível 3.

Em síntese, Montaña afirma que os MIMs estão envoltos em um paradoxo:

“Por um lado, expressam o processo de modernização do Estado porque reconhecem uma demanda cidadã, integram a sociedade civil nos processos de consulta e porque postulam um princípio próprio da modernidade como é a igualdade. Por outro lado, não têm todas as capacidades, limitando seu poder de incidência nas políticas públicas, as empurrando-as sob a influência das primeiras-damas e opondo a elas as iniciativas que rompem as estruturas patriarcais de dominação como os direitos reproductivos, a saúde reprodutiva, a equidade na família, a igualdade salarial e a redistribuição das responsabilidades familiares” (Montaña, 2006, p. 9).

CONCLUSÃO

O artigo buscou recuperar as principais visões, desenvolvimentos teóricos e contradições da literatura feministas para o Estado. Foi possível perceber que grande parte das correntes que se engajaram em tal debate buscaram corrigir a falta de consideração das relações de gênero nas análises *mainstream*. Este, portanto, pareceu ser o ponto de partida comum. Outro aspecto que perpassa a literatura feminista da área é a dicotomia dentro/fora, isto é, apenas duas estratégias políticas pareciam ser possíveis ao falar do Estado – ou manter-se “autônomas” e não se engajar no seu interior, ou participar das suas estruturas, correndo riscos de cooptação e perda de radicalidade da sua agenda.

No contexto dessas diversas leituras, é possível perceber que na América Latina, as concepções oscilaram de uma visão mais autônoma, para uma abordagem mais liberal, informadas pela dicotomia dentro/fora, materializada a partir das

“institucionalizadas” e “autônomas”. A última década parece deslocar o entendimento do Estado para um reforço da não-neutralidade em relação às desigualdades de gênero. Desse modo é possível pensar estratégias de ação combinadas, que quebrem os binarismos e maniqueísmos em torno do Estado: é possível reforçar as ações e espaços autônomos dos movimentos, de modo a produzir sínteses em torno das pautas prioritárias e estratégias de ação, aliar ações conjuntas com outros movimentos sociais, compatibilizando com ações articuladas no interior das instituições governamentais, com vistas na disputa de conceitos, na garantia de recursos e nas políticas que corrijam as desigualdades. Além disso, a diferença entre governo e Estado se mostra crucial para tal empreitada. Como afirma Godinho (2000), o governo é a esfera que, em última instância, expressa “pontos de vistas políticos, de classe e sociais concretos” (2000, p.34). Sendo assim, é preciso analisar se os governos têm e em qual nível comprometimento com a dissolução das desigualdades de gênero.

O contexto atual é, portanto, permeado de contradições. O patriarcado tem se transformado, mas continua moldando as instituições, tratando de garantir uma inserção subordinada das mulheres na esfera pública e retardando os avanços que as mesmas demandam e lutam através dos movimentos organizados. Se o Estado tem se tornado mais permeável às demandas feministas, também é verdade que a divisão sexual do trabalho, a noção da família tradicional, os ataques às liberdades sexuais e a violência continuam sendo uma constante na vida das mulheres, em alguns países mais que em outros.

Nesse sentido, os Mecanismos Institucionais de Mulheres são criados a partir da pressão do movimento de mulheres por políticas públicas, e com a “missão” de atenuar e combater o patriarcado no interior do Estado. Por parte dos governos, muitas vezes, os MIM’s servem mais como resposta retórica às mulheres, que como compromisso profundo com as transformações das desigualdades de gênero. No entanto, como o estudo da Fernós (2004) nos mostra, esses mecanismos tem se reforçado na última década – em alguns países mais que outros.

Essas vias analíticas alternativas podem ser frutíferas para apreciações feministas mais profundas do Estado, que fujam do binarismo, do essencialismo, da homogeneidade e da aversão a este ator que, como afirma Sônia Alvarez (2000) mexe conosco, sem que possamos nos livrar dele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 383-426.

ALVAREZ, Sonia. Em que Estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com “perspectiva de gênero”. In: FARIA; SILVEIRA; NOBRE (org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. SOF, São Paulo, 2000, p. 9-25

ALVAREZ, Sonia. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v.11, n.2, p. 541-575, 2003.

ALVAREZ, Sonia. Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático-populares. In: GODINHO; SILVEIRA (org.) *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

BORCHORST, Anette; SIIM, Birte. Woman-friendly policies and state feminism: Theorizing Scandinavian gender equality. **Feminist Theory**. Vol. 9, nº2, 2008. p. 207-224.

CEPAL. Ficha técnica: Nivel jerárquico de los Mecanismos para el Adelanto de la Mujer (MAM). Observatorio de Igualdade de Género de América Latina y el Caribe. Disponível em <<http://www.eclac.cl/oig/html/niveljerarquico2.html>> Acesso 20 dez. 2010.

DRAIBE, Sonia; RIESCO, Manuel. El Estado de bienestar social en América Latina: una nueva estrategia de desarrollo. Fundación Carolina. Documento de Trabajo nº 31, jan. 2009.

EISENSTEIN, Zillah. *The capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979.

FERNÓS, María D. National mechanism for gender equality and empowerment of women in Latin America and the Caribbean region. *Serie Mujer y Desarrollo*, ECLAC, nº102, jun. 2010.

GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA; SILVEIRA; NOBRE (org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. SOF, São Paulo, 2000, p. 9-25

GUZMÁN, Virginia. La institucionalidad de género en el estado: Nuevas perspectivas de análisis. *Serie Mujer y Desarrollo*, ECLAC, nº32, mar. 2001.

GUZMÁN, Virginia. Sostenibilidad social y política de los mecanismos para el Adelanto de las Mujeres. CEPAL, Trigésima novena reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. México, 2006.

HERNES, Helga. *Welfare State and Women Power. Essays in State Feminism*, Oslo: Norwegian University Press, 1987.

KANTOLA, Johanna. *Feminists Theorize the State*. New York: Palgrave Mcmillan, 2006.

KANTOLA, Johanna; OUTSHOORN, Joyce (ed). *Changing State Feminism*. Palgrave Macmillan, 2007.

LOVENDUSKI, Joni (ed.). *State Feminism and Political Representation*. New York: Cambridge University Press, 2005.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. O que é a Marcha Mundial das Mulheres? Disponível em < <http://sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha>> Acesso 20 março 2012

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010

MONTAÑO, Sonia. Sostenibilidad política, técnica y financiera de los mecanismos para el Adelanto de las Mujeres. CEPAL, Trigésima novena reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. México, 2006.

NOBRE, Miriam; TROUT, Willhelmina. Feminismo en la construcción colectiva de alternativas. **Contexto Latinoamericano**, n.7, 2008.

MCBRIDE, Dorothy E. MAZUR, Amy G. *The politics of State Feminism: innovation in comparative research*. Philadelphia: Temple University Press, 2010.

MCBRIDE, Dorothy E. MAZUR, Amy G. State Feminism. In: GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy G (ed.). *Politics, gender, and concepts: theory and methodology*. Cambridge University Press. 2008. Cap. 11, p.244-269.

SADER, Emir. **A Nova Toupeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009 190p.

SCHILD, Verónica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania das “novas democracias”. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 383-426.

VARGAS, Virginia. *Feminismos en América Latina: Su aporte a la política y a la democracia*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Colección Transformación Global, 2008.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.